

A CONCEPÇÃO DE TRABALHO EM GRAMSCI: CONSTITUIÇÃO ONTOLÓGICA E PRINCÍPIO EDUCATIVO

Gramsci's view on labour: ontological constitution and educational principle

SEMERARO, Giovanni¹

RESUMO

Gramsci conheceu de perto as duras condições dos trabalhadores da Sardenha, sua região de origem, e nas primeiras décadas do século passado vivenciou intensamente as lutas dos operários em Turim, a então cidade mais industrializada da Itália. Referências frequentes, essas experiências se tornam fundamentais quando ele analisa o trabalho no âmbito da estrutura geral da sociedade e a sua função como "princípio educativo". Já nos escritos pré-carcerários, há diversos textos que tratam das problemáticas relativas ao trabalho, da modernização das técnicas produtivas e da mecanização da indústria e do autogoverno dos trabalhadores associados. Mas é na obra carcerária que Gramsci se dedica com mais acuidade a diagnosticar a racionalização do trabalho desenvolvida por F. W. Taylor e H. Ford na produção industrial de massa em linha seriada, a passagem "do velho individualismo econômico à economia programática" e os reflexos dessas inovações na sociedade.

Palavras-chave: Gramsci; Trabalho; Princípio educativo.

ABSTRACT

Gramsci is quite well aware of the workers hard conditions in Sardenha, his homeland. During the first last century's decades, Gramsci experienced how hard workers from Turim, the most industrialized town in Italy, have struggled for their rights. Gramsci's experiences have frequently become fundamental on his reviews on labour concerning the general structure of society and its role as an "educational principle". Before going to prison, his reports evidence in several texts the problems and difficulties on work conditions, modernization of production techniques and mechanization of industries, and self-government of associated workers. When in prison, though, Gramsci dedicated more acutely to diagnose the labour rationalization developed by F. W. Taylor and H. Ford about on-line serial mass industrial production, the passage "of the old economic individualism to programmatically economy" and the effects of such innovations on society.

Keywords: Gramsci; Labour; Educational principle.

¹ Doutor em Educação pela UFRJ e em Filosofia Política pela Università degli Studi di Padova, com Pós-Doutorado pela Università degli Studi di Urbino, Mestre em Educação pela Fundação Getúlio Vargas e em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, Graduado em Filosofia pela UNICAMP. Professor Associado da UFF e Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação (NUFIPE). E-mail: <gsemeraro@globo.com>.

A CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO NO TEMPO DE GRAMSCI

No Caderno Especial 22 (1934), intitulado *Americanismo e fordismo*, Gramsci aborda particularmente os novos métodos de produção como parte do movimento de reestruturação do capital adiante da queda tendencial da taxa de lucro, da crise que explode em 1929 e do impacto que a Revolução Russa de 1917 vinha provocando no mundo. Introduzindo uma minuciosa divisão do trabalho, a intensificação da mecanização e das operações repetitivas, o taylorismo/fordismo elevava consideravelmente a produtividade e a extração da mais-valia. Mas esse sistema, que arregimentava grandes massas de operários e os submetia à rigorosa disciplina da fábrica, não era apenas um conjunto eficiente de técnicas de trabalho. Veiculava também um modelo de comportamento na vida cotidiana e no ordenamento racional da sociedade. Junto com os modernos artefatos vinha, também, um projeto orgânico de sociabilidade orientado a inculcar formas de vida em sintonia com as necessidades da industrialização e a garantir a hegemonia da classe dominante. A produção de massa e a reprodução da força de trabalho formavam, assim, uma simbiose que combinava disciplinamento do trabalho, normas sociais e ideologia conforme, de modo que, além do bom trabalhador, visava-se formar o bom cliente e o “cidadão responsável”. Tudo isso implicava, também, interferir na estabilidade familiar e na fidelidade conjugal, no controle emocional e sexual, no combate ao alcoolismo e à boemia, no incentivo às virtudes do patriotismo e do puritanismo (Q22, §11, p.2166-2168).² A Gramsci não escapam as contradições embutidas nessas conexões quando observa que essas iniciativas não se preocupam com a “humanidade” e a “espiritualidade” do trabalhador, uma vez que este é desapropriado do trabalho vivo e anulado em sua atividade livre e criativa (Q22, §11, p.2165).³ Mas, acima de tudo, suas análises desvelam que, por trás das aparências de modernização, permaneciam imutáveis a estrutura social e a divisão de classe, visto “que não se trate de um novo tipo de civilização [...] percebe-se do fato de que nada mudou no caráter e nas relações dos grupos fundamentais” (Q22, §15, p.2180). O que importa a Gramsci é evidenciar que “americanismo e fordismo” são inseparáveis, que “na América a racionalização tem determinado a necessidade de elaborar um novo tipo humano, em conformidade com o novo tipo de trabalho e o processo produtivo” e que, portanto, “os novos métodos de trabalho são indissociáveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida” (Q22, §11, p.2164). Tal projeto, afinal, mostrava como “a hegemonia nasce da fábrica” (Q22, §2º, p.2146) e como a classe dominante sabia usar a força para desbaratar o sindicalismo e setores de resistências e, ao mesmo tempo, conseguia conquistar a empatia dos operários, premiando os mais habilidosos com “altos salários” (Q22, §13, p.2173) e disseminando benefícios que amortizavam os conflitos entre capital e trabalho, de modo a transformar a sociedade na “grande família industrial”.

² N.E.: As referências indicadas pela letra Q, seguidas de um número ordinal (Q11, Q22, Q7...) referem-se a cada um dos Cadernos do Cárcere (*Quaderni del Carcere*) escritos por Gramsci (1975).

³ No Caderno miscelâneo 4, Gramsci comenta assim “a frase de Taylor sobre o ‘gorila amestrado’. Taylor expressa com cinismo e sem subterfúgios a finalidade da sociedade americana: desenvolver ao máximo no homem trabalhador a parte maquinal, quebrar o velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado que exigia uma certa participação da inteligência, da iniciativa, da imaginação do trabalhador, para reduzir as operações de produção exclusivamente ao aspecto físico” (Q4, §52, p.489).

As críticas contra a mecanização, a massificação e o controle da vida privada e social dos trabalhadores não impedem Gramsci de reconhecer o extraordinário impacto das inovações do trabalho do sistema americano e a sua “ação real que modifica essencialmente seja o homem, seja a realidade exterior” (Q22, §11, p.2165). Uma sociedade tão dinâmica e avançada, de fato, contrastava fortemente com o atraso, o parasitismo e o corporativismo que grassavam na Itália, com o “gladiadorismo grotesco” dos intelectuais idealistas que pensavam em mudar o mundo só com palavras (Q22, §5º, p.2152). Sem cair na romântica e ilusória volta aos métodos de trabalho do passado nem na exaltação acrítica do cientificismo moderno, Gramsci sustenta a possibilidade de assimilar os métodos mais avançados da tecnologia e da produção separando-os dos “interesses da classe dominante” e operando uma “ruptura” com o sistema imposto, mas, sabendo contrapor uma concepção que leve a “conceber-se como um ‘trabalhador coletivo’” capaz de transformar “subjetivamente” o que é dado “objetivamente” (Q9, §67, p.1138). Entende-se, portanto, o incentivo de Gramsci aos operários para se “especializar” nas conquistas mais inovadoras da ciência, da tecnologia e da indústria associando-as aos objetivos políticos da própria classe. Sem identificá-lo com o capitalismo, na verdade, o industrialismo era reconhecido pelos operários italianos que se faziam “portadores das novas e mais modernas exigências industriais e a seu modo as afirmaram energicamente” (Q22, §6º, p.2156). Portanto, contrariamente às “cômicas e estúpidas” atitudes de “antiamericanismo” (Q5, §105, p.635), a “realidade objetiva” do fenômeno americano exigia uma postura dialética que evitasse a subjugação passiva e fosse capaz de encontrar um novo “conformismo”, consciente e voluntário, protagonizado pelos operários (Q7, §12, p.1930-1932), de modo a recriar, humanizar e socializar os avanços da produção e do trabalho, libertando-os da dominação de classe e criando um “tipo superior” de trabalhador e ser humano (Q22, §11, p.2165). Com isso, Gramsci não se furta a abordar a espinhosa questão da disciplina e da coerção demandada pelo industrialismo e pelo doloroso processo de adaptação psicofísica aos novos métodos de trabalho, cujas “normas rigorosas e hábitos de ordem, de exatidão, de precisão” exigem, tanto dos dirigentes como dos operários, “uma contínua luta contra a ‘animalidade’ do homem” (Q22, §10, p.2160-2161). Em oposição aos que procuravam preservar os privilégios de uma sociedade ultrapassada e, por comodismo e incapacidade, atacavam e desqualificavam os novos métodos de trabalho, Gramsci chega a afirmar que

Não é dos grupos sociais “condenados” pela nova ordem que se pode esperar a reconstrução, mas, dos que estão criando, por imposição e com o próprio sofrimento, as bases materiais desta nova ordem: estes “devem” encontrar o sistema de vida “original” e não de marca americana, para tornar “liberdade” o que hoje é “necessidade” (Q22, §15, p.2179).

A experiência de “educação recíproca e de desenvolvimento do novo espírito social” vivenciada pelos “conselhos de fábrica” de Turim, de fato, comprovava que era possível assimilar as novas formas de trabalho imprimindo a própria marca, formar-se livremente com autodisciplina e conquistar a autogestão sem meios coercitivos. Na verdade, agindo como célula modelar no interior da fábrica, “o conselho dá aos operários a responsabilidade direta da produção, os leva a

melhorar o seu trabalho, instaura uma disciplina consciente e voluntária, cria a psicologia do produtor, do criador de história” (GRAMSCI, 1987, p.238). Mas, essa “escola de trabalho” não fornecia apenas técnicas para melhor produzir objetos e movimentar as máquinas, tornava-se, acima de tudo, “organismo político, território nacional do autogoverno operário”, um ensaio de “democracia operária” para a construção de uma nova sociedade e de um novo Estado (SPRIANO, 1971, p.46). Era esse o caminho para superar as contradições do trabalho capitalista onde “ao indivíduo escapa a complexidade da obra comum e, na sua própria consciência, o seu trabalho é desprezado até parecer-lhe facilmente substituível a cada instante” (Q9, §67, p.1138). As classes dominantes, de fato, têm se afirmado porque “privaram sistematicamente os subjugados do saber científico” e do controle do processo de produção, de modo que

o operário é levado a se menosprezar [...] a pensar que é ignorante e incapaz [...] a se convencer que as suas opiniões valem pouco [...] que a sua função na vida não é a de produzir ideias, de dar diretivas, de ter opiniões, mas, ao contrario, é a de seguir as ideias dos outros, as diretivas dos outros, ouvindo de boca aberta as opiniões dos outros (GRAMSCI, 1978, p.60).

Hoje, das formas de trabalho existentes no início do século passado e daquelas experiências políticas dos operários, pouco restou. A revolução da informática, da microeletrônica e da robótica mudou profundamente os métodos de produção, dispersou os grandes contingentes de trabalhadores concentrados como exércitos em empresas gigantescas e deslocou parte deste subproletariado para o setor de serviços que foi se expandindo e incorporando a crescente e mais barata força de trabalho das mulheres (ANTUNES, 2008, p.47-52). Com efeito, se a intensificação da automação e de novas tecnologias aumenta a produtividade, imprime maior eficiência administrativa e valoriza os profissionais qualificados que agregam valor, por outro lado, abre o caminho para uma alta rotatividade e a subcontratação da mão de obra, para o desemprego e a instabilidade que aprofundam a desigualdade entre classes e países. Globalizados e desterritorializados, as formas hodiernas de trabalho e seus produtos se desvinculam dos compromissos com a população local e as políticas do Estado, criam o império absoluto do mercado e apresentam o capital como um sistema insuperável e autorregulado, como “uma máquina que marcha por própria conta [...] que não olha para o trabalho como a seu fundamento” (HARDT; NEGRI, 1995, p.49). Hoje, de fato, “a economia-mundo capitalista” tornou-se totalidade onipresente, irresistivelmente turbinada pelo mundo mágico da imagem e da “sociedade do espetáculo” (DEBORD, 1979, p.42ss) que a transformam cada vez mais em uma potência impessoal que opera regidamente no “inconsciente coletivo”.

Nesse contexto em que o trabalho material é ocultado como valor diante das criações atribuídas à genialidade de alguns iluminados e das riquezas geradas pelas maravilhas tecnológicas, a maioria dos trabalhadores, isolados, precarizados e dispersos, são empurrados a se desdobrar em múltiplas ocupações temporárias, em uma variação contínua de tarefas que solapa a base dos seus direitos e das organizações sindicais e políticas, gerando um efeito devastador não apenas na vida pessoal e familiar, mas na própria estruturação do país, na formação do tecido social e da identidade coletiva. Flutuantes, desenraizados e descartáveis, os que

são privados do trabalho e os crescentes contingentes que vivem de expedientes eventuais e da “economia informal” acabam desconectados também do conjunto da sociedade, de modo que suas reações se limitam a reivindicações pontuais e a surtos esporádicos de revoltas facilmente neutralizadas.

Um quadro como esse leva a pensar que, hoje, a hegemonia das classes dominantes não nasce tanto da fábrica, mas do trabalho desestruturado e desqualificado, do sistema de relações ocasionais e voláteis, em conformidade com a flexibilização da produção, com as variações do mercado e os caprichos do capital financeiro. Assim, se antes a dominação era garantida pelo enquadramento do operário no sistema disciplinar, hoje, parece que é melhor assegurada “fora da fábrica”, pelo trabalho provisório, o contrato *part-time*, a terceirização e o despedaçamento do mundo do trabalho, pelo clima de permanente insegurança e de “estado de exceção” instaurado pela “ingovernabilidade” e os sofisticados métodos de controle e repressão (AGAMBEN, 1995, p.21-34).

Na contramão desse cenário, a concepção de trabalho de Gramsci adquire grande atualidade não apenas pelas críticas ao sistema produtivo e à estrutura da sociedade que não se alterou, mas, acima de tudo, porque apresenta uma visão unitária de mundo e a proposta de formação de um “trabalhador coletivo” que “compreende de ser tal não apenas na fábrica, mas em esferas mais amplas da divisão do trabalho nacional e internacional” (Q9, §67, p.1138). É nessa visão ampla de trabalho, desenvolvida por Gramsci, que é preciso encontrar a matriz “ontológica” que permite às classes subalternas não apenas “desempenhar uma função essencial no campo produtivo” (Q12, §1º, p.1513-1514), mas realizarem-se plenamente no próprio ser e fazerem-se protagonistas de uma reforma “econômica”, “intelectual e moral” (Q13, §1º, p.1561), que as conduzam a “pensar, estudar, dirigir ou controlar quem dirige” (Q12, §2º, p.1547) e a criar um novo processo de socialização da produção e da política (BARATTA, 2000, p.212).

DE QUE FORMA O TRABALHO É ESSÊNCIA CONSTITUTIVA DO SER HUMANO

Em texto anterior (SEMERARO, 2013, p.31-52), abordamos a concepção de trabalho em Hegel e Marx e analisamos como cada um, com sua especificidade, mostra que o ser humano, ao transformar a natureza pelo trabalho e construir o mundo objetivo, se constrói também como sujeito e “ser social”. Evidenciamos, particularmente, as críticas de Marx à dialética mistificada de Hegel que “viu só o aspecto positivo do trabalho” (MARX, 1984, p.264) e não percebeu a alienação concreta do modo de produção capitalista que afasta o homem de seus produtos, da natureza, de si mesmo e dos outros, que inverte as relações sociais, desumaniza e perverte a constituição ontológica do ser humano (MARX, 2004, p.79-90; MÉSZÁROS, 2006, p.21ss). É a partir dessas críticas e da divisão de classe derivada da “divisão entre trabalho manual e trabalho mental” (MARX; ENGELS, 1998, p.28) que Marx amadurece a revolucionária concepção fundada sobre a “práxis”, introduzindo uma visão integral de ser humano capaz de realizar a dialética inseparável entre atividade prática e teórica, entre “atividade objetiva e subjetiva simultaneamente” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2007, p.435), de recompor o elo indissolúvel entre homem e natureza, indivíduo e

sociedade, trabalho físico e mental, “produção material e ensino” (MARX, 1999, p.104), em um processo histórico que constitui o homem como “ser ontocriativo”.

Ao desenvolver os traços da filosofia da práxis, inaugurada por Marx, também Gramsci mostra que a “ontologia” (a essência constitutiva) do ser humano não nasce de uma presumível natureza intrínseca e universal, mas se forma histórica e socialmente pelo “trabalho, que é o modo próprio do homem de participar ativamente da vida da natureza para transformá-la e socializá-la” (Q12, §2º, p.1540). Essa atividade que, como Gramsci enfatiza, não está apenas voltada a transformar a natureza, mas também a socializá-la, se desenvolve particularmente com “o método experimental” e o pensamento moderno,

cujo coroamento é na filosofia da práxis. A “experiência” científica é a primeira célula do novo método de produção, da nova forma de união ativa entre o homem e a natureza. O cientista-experimentador é um “operário”, não é puro pensador e o seu pensar é continuamente controlado pela prática e vice-versa, até se formar a unidade perfeita de teoria e prática (Q11, §34, p.1449).

A simbiose que ocorre entre o cientista e o operário, entre “ciências e atividades práticas”, destitui de fundamento a superioridade do “pensamento puro” e leva Gramsci a afirmar que “não se pode separar o homo faber do homo sapiens” (Q12, §3º, p.1550), que o trabalhador adquire um certo conhecimento do mundo enquanto o transforma (Q11, §12, p.1385) e que “não existe trabalho puramente físico [...] mesmo no mais mecânico e degradado, há um mínimo de qualificação técnica, ou seja, um mínimo de atividade intelectual criadora” (Q12, §1º, p.1516). E, por outro lado, Gramsci enfatiza também que “o novo tipo de intelectual” se forma na “educação técnica, estritamente vinculada ao trabalho industrial” e ao ordenamento sociopolítico que lhe é inerente (Q12, §3º, p.1551).

Essa concepção teórico-prática se desenvolve com a expansão e a complexidade do mundo moderno e dá origem a uma enorme ampliação de novas categorias de trabalho, à multiplicação de especializações e funções que atuam articuladamente na indústria, na administração, nas pesquisas científicas, na escola, na cultura, na política e, com isso, a uma concepção que engendra um processo no qual economia, ciência, filosofia e política formam uma unidade dialética inseparável. Nessa ótica, a “atividade intelectual” deixa de ser entendida como “otium” de poucos privilegiados que vivem à parte da produção e da estrutura da sociedade e passa a ser reinterpretada como um “trabalho” que exige esforço e disciplina, pois “o estudo é um ofício, e muito trabalhoso, com um próprio aprendizado especial, além de intelectual, também muscular-nervoso” (Q12, §2º, p.1549). Trata-se, assim, de uma visão que mostra não apenas que o trabalhador possui uma capacidade intelectual, mas que também o intelectual é um trabalhador que precisa de condições materiais para desenvolver suas atividades e que estas, acima de tudo, estão intimamente vinculadas ao sistema econômico, a um grupo social que determina as políticas de produção e a uma sociedade sintonizada com esses objetivos. Portanto, ao afirmar que “o modo de ser do novo intelectual [...] consiste em imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanentemente’” (Q12, §3º, p.1551), Gramsci considera realidades objetivas não apenas os instrumentos físicos e o mundo material, mas também

o pensamento e suas técnicas, as ideologias, a cultura, a política e a educação (Q16, §12, p.1875). A própria ciência, pergunta Gramsci, “não é ela mesma ‘atividade política’ e pensamento político, enquanto transforma os homens, os torna diferentes do que eram antes?” (Q15, §10, p.1766).

Ao entender o trabalho como “práxis”, Marx havia já posto em evidência que a unidade de teoria e prática se concretiza na relação entre ciência e indústria, na integração do ensino com processo produtivo (MANACORDA, 1996, p.13-40). Sem descuidar dos fatores econômicos e da “base estrutural”, Gramsci aprofunda a visão de Marx, mas imprime a própria peculiaridade porque enfatiza os nexos dialéticos entre estrutura e superestrutura e dedica-se a analisar o trabalho também como parte integrante da esfera superestrutural, como componente essencial do processo educativo. Convencido de que “o homem não entra em relação com a natureza, simplesmente, pelo fato de ele mesmo ser natureza, mas, ativamente, pelo trabalho e pela técnica” (Q10, §54, p.1345), Gramsci coloca na base da formação humana e da escola “o conceito do equilíbrio entre ordem social e ordem natural sobre o fundamento do trabalho, da atividade teórico-prática do homem” (Q12, §2, p.1541). O trabalho, nesse sentido, não pode ser apenas circunscrito ao âmbito da produção material, mas passa a ser considerado “princípio educativo” que permeia também as mais diversas atividades humanas: a educação, a escola, a cultura, a construção e a direção da sociedade. Dessa forma, ao relacionar profundamente o trabalho com a formação humana e a organização da sociedade, Gramsci lhe confere uma dimensão política e coloca a “questão fundamental da hegemonia” dos trabalhadores, ausente no “americanismo” (Q22, §2, p.2146).

Na verdade, tal como havia ampliado a concepção de “filósofo” (Q11, §12, p. 1375) e de “intelectual” (Q12, §1º, p.1516), Gramsci dilata também o conceito de “trabalhador” situando-o em relação de “organicidade” com toda a realidade social e política. Na compreensão do “trabalhador socializado”, de fato, fazem parte as mais diversas funções que operam na sociedade, formando, assim, uma conexão indissolúvelmente articulada entre produção, ciência, política, economia, sistema social e estruturação do Estado. Explica-se, nesse sentido, a insistência de Gramsci para que as classes subalternas se tornem “dirigentes” e se formem “intelectuais orgânicos” para exercer “funções organizativas em sentido amplo, seja no campo da produção, seja no campo da cultura, seja no campo administrativo-político” (Q1, §43, p.37), de modo a tornarem-se “organizadores de todas as funções inerentes ao orgânico desenvolvimento de uma sociedade integral, civil e política” (Q4, §43, p.478).

Gramsci desenvolve essa visão porque situa o trabalho na trama viva do contexto histórico-social e das lutas políticas, convencido de que “o homem não pode ser entendido senão como historicamente determinado, quer dizer que se desenvolveu e vive em determinadas condições, em um todo social determinado ou conjunto de relações sociais” (Q15, §10º, p.1765). Por isso, chega à conclusão de que o “critério de distinção” do intelectual não deve ser procurado “no intrínseco da sua atividade intelectual, mas no conjunto do sistema das relações sociais”, assim como “o operário ou proletário não é especificamente caracterizado pelo trabalho manual ou instrumental [...] mas deste trabalho em determinadas condições e relações sociais” (Q12, §1º, p.1514).

Nessa ótica, para Gramsci, o trabalho é ontologicamente constitutivo não só pelo fato de o ser humano criar instrumentos, adaptar a natureza a si, incrementar a produção e a eficiência administrativa, mas porque torna-se o princípio fundamental que rege e articula todas as mais diversas atividades da vida humana e social, reconstruindo, assim, a unidade do real, superando a divisão de classe e conduzindo o ser humano a “uma nova e integral concepção do mundo” (Q12, §3º, p.1551). O que, portanto, Gramsci tem em mente não é só um trabalhador modernizado e um operário equipado com as técnicas mais avançadas para ser eficiente na produção, mas “trabalhadores-intelectuais orgânicos” a uma nova sociedade coletiva e criativamente constituída por meio de suas livres e socializadoras atividades prático-teóricas. Em contraposição ao trabalho explorado e segmentado e à divisão social imposta pelo sistema vigente, Gramsci recria a concepção integral de trabalho e “afirma o papel criador da práxis humana na história, sua percepção das ‘relações de força’ como momento constitutivo do ser social” (COUTINHO, 2011, p.107). Resgata, assim, a essência mais profunda do ser humano pelo trabalho não só pelo fato de transformar a natureza, multiplicar produtos, ser fonte de ganho e ascensão social, mas por ser expressão da criação coletiva da matéria viva e social que nos constitui, socializa e humaniza.

RECRIAR A ESCOLA E A SOCIEDADE PELO TRABALHO SOCIALIZADO

Os novos horizontes abertos por Gramsci indicam que, para compreender a sua visão integral de trabalho, além do Caderno 22, é preciso levar em consideração também outros escritos, principalmente o Caderno 12 (1932). Um caderno relativamente pequeno, mas longamente amadurecido (FRANCIONI; COSPITO, 2009, p.1-8; FROSINI, 2003, p.57-66), no qual Gramsci traça a inseparável articulação que entrelaça os intelectuais, a escola e a política com o trabalho, princípio educativo e constitutivo das classes subalternas que pretendem se realizar, tornarem-se sujeitos hegemônicos e criarem uma nova sociedade. Logo na abertura do Q 12, ao questionar a presumida autonomia e independência dos intelectuais, apresenta uma surpreendente concepção que os situa em íntima ligação “orgânica” com o mundo da produção e vinculados a um determinado grupo social a serviço do qual desempenham uma multiplicidade de especialidades e funções, seja no campo econômico seja na estruturação da hegemonia na sociedade civil e do domínio na sociedade política (Q12, §1º, p.1518-1519):

Todo grupo social, nascendo sobre o terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, se cria também, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe conferem homogeneidade e consciência da própria função não apenas no campo econômico, mas também no social e político (Q12, §1º, p.1513).

Em seguida, Gramsci utiliza o mesmo critério na elaboração da sua proposta de escola em profunda simbiose com os problemas reais da sociedade e com o mundo do trabalho. À semelhança das modernas empresas e da elaboração das revistas onde se segue um método de trabalho colegiado conectado com os problemas concretos (Q12, §1º, p.1532-1533), também a escola deve saber criar um sistema

que desenvolva as suas atividades em sintonia com a vida real e o mundo do trabalho, de modo a não separar a formação “profissional”/“especializada” da “humanista”/“desinteressada” (Q12, §2º, p.1547). Nessa tarefa torna-se fundamental o “trabalho vivente do professor”, capaz de fazer entender que

a unidade entre ciência e vida é precisamente uma unidade ativa, somente nela se realizando a liberdade de pensamento; é uma relação entre mestre-aluno, filósofo-ambiente cultural no qual agir, de onde extrair os problemas necessários a serem enfrentados e resolvidos (Q10, §44, p.1332).

Sem a estreita unidade entre formação teórica e vida real, a multiplicação das escolas profissionais, considerada “como democrática, na realidade, é apenas um fenômeno destinado a perpetuar as diferenças sociais” (Q12, §2º, p.1547). Ao contrário,

a tendência democrática, intrinsecamente, não pode significar apenas que um operário manual se torne qualificado, mas que cada “cidadão” pode tornar-se “governante” e que a sociedade o coloca, ainda que “abstratamente”, nas condições gerais para assim vir a ser [...] assegurando o aprendizado gratuito da capacidade e da preparação técnica geral necessária para essa finalidade (Q12, §2º, p.1547).

Para isso, é necessário criar uma

escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que possa combinar sabiamente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento da capacidade do trabalho intelectual (Q12, §1º, p.1531).

Uma escola, como havia especificado no Q9 (1932) quando analisa criticamente experiências das “novas escolas progressistas”, “que eduque as classes instrumentais e subalternas para um papel dirigente na sociedade, como conjunto e não como indivíduos isolados” (Q9, §119, p.1183). Estamos diante de uma proposta, portanto, não limitada apenas a preparar profissionais tecnicamente ativos e disciplinados, mas principalmente voltada a formar pessoas autônomas, criativas e socializadas, “especializados + políticos” que se preparam não para executar passivamente tarefas, mas para conduzir criativa e coletivamente todo o processo produtivo e a organização da sociedade inteira. Uma visão unitária, esta derivada da concepção do trabalho entendido na sua integralidade, capaz de desenvolver todas as potencialidades do ser humano e de interagir com todos os organismos da sociedade, o que “significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial na escola e em toda a vida social” (Q12, §1º, p.1538).

Gramsci é levado a pensar nesses termos porque a irrupção das massas na produção industrial e o seu protagonismo no cenário social e político vinham provocando uma crise profunda na velha sociedade. Tal movimento não aceitava mais o esquema da “escola profissional para as classes instrumentais e a clássica para as classes dominantes e os intelectuais” (Q12, §1º, p.1531). Por isso, contrariamente à concepção dualista e elitista, a escola “escola única ou unitária” deve estabelecer “a unidade entre escola e vida” e tornar-se não só ativa, mas “criativa” (Q12, §1º, p.1537), em condição de conduzir à autonomia e à responsabilidade e de integrar dialeticamente conhecimento e sociedade, trabalho intelectual e industrial, de

modo a articular o que é específico da Universidade (o seu caráter científico e o desenvolvimento de pesquisas) e da Academia (os centros especializados de caráter prático-produtivo, a indústria, a banca, a administração, o comércio, a agricultura etc.) com todas as “atividades vinculadas à vida coletiva, ao mundo da produção e do trabalho” (Q12, §1º, p.1538-1539). Adquire-se, de fato, uma personalidade própria e se aprende a ser dirigente no trabalho e na política, com a apropriação do processo produtivo e a elaboração de uma própria concepção de mundo, duas formas inseparáveis de trabalho material-intelectual do ser humano (Q4, §38, p.461).

Na frase que encerra o terceiro e último parágrafo do Q12, Gramsci sintetiza de forma lapidar o ser (a ontologia) do novo trabalhador-intelectual que “da técnica-trabalho chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece ‘especializado’ e não se torna ‘dirigente’ (especializado+político)” (Q12, §3º, p.1551). Nesse desenho revolucionário, o trabalho não pode se limitar à mera função operativa e executiva (“técnica-trabalho”), mas precisa tornar-se campo fecundo para desenvolver o conhecimento (“técnica-ciência”) e, acima de tudo, imprescindível experiência política coletiva para alcançar uma integral concepção de mundo “humanista histórica”, sem a qual o trabalhador não poderá sair da subalternidade e se tornar dirigente para recriar o modo de produção e reorganizar a sociedade sobre as bases da socialização do poder e de uma “democracia política voltada a fazer coincidir governantes e governados” (Q12, §2º, p.1547). Essa visão que aponta para a construção da hegemonia dos trabalhadores resgata não apenas a unidade do trabalho despedaçado e explorado, mas lança as bases para superar a divisão de classes e criar uma nova civilização. Gramsci, de fato, não apresenta uma proposta modernizadora, eficiente, técnico-administrativa e nunca menciona uma educação “politécnica” (RAGAZZINI, 1976, p.104), mas traça um projeto unitário de sociedade conduzido pela classe trabalhadora responsável de toda a configuração do sistema de produção, de uma nova concepção de ciência, de política, de cultura, de escola e de Estado. Um projeto revolucionário onde o trabalho, libertado dos seus grilhões, “funciona como mestre” (Q10, §44, p.1331) e torna-se “princípio educativo” e “demiurgo” (Q8, §150, p.1032) de uma nova civilização.

Tais considerações nos levam a pensar que, na verdade, Gramsci não se limita a estabelecer uma relação dialética entre intelectuais e povo, entre quem pensa e quem executa, entre dirigentes e dirigidos, mas vislumbra uma desafiadora ontologia do ser humano pela qual todo trabalhador poderá realizar uma criativa síntese das múltiplas características representativas dos diversos povos, de modo a dar vida a um novo “Leonardo da Vinci, feito homem-massa ou coletivo, mesmo preservando sua forte personalidade e originalidade individual” (GRAMSCI, 1996, p.601).

Um projeto tão “utópico” adquire tanto mais sentido na nossa época quando as contradições do trabalho se aprofundaram e se abriu uma crise de proporções planetárias no sistema predominante de sociedade. Se, de fato, a capacidade produtiva e comunicativa da humanidade atingiu níveis sem precedentes, nunca se destruiu tanto a natureza, o mundo do trabalho e as relações sociais, a tal ponto de comprometer, de forma irreversível, os recursos do planeta e as condições da vida humana.

Nessa catástrofe ecológica e ontológica que vem se avolumando “o desemprego estrutural que atinge o mundo em escala global” (ANTUNES, 2008, p.47) e as

crescentes fileiras de subempregados e precarizados, inclusive, entre os mais escolarizadas, se somam aos contingentes consideráveis de sem-terra, sem-teto, sem-cidade, sem-cidadania, sem-direitos, aos desapropriados e negados nos gânglios mais vitais de seu ser. Não é de surpreender se é desse mundo “negado” que hoje despontam insurgências, revoltas e imponentes manifestações que se alastram em todos os continentes, sinalizando com as “ocupações” das ruas, das praças, das terras, das fábricas, dos prédios e das cidades a falência de um sistema estruturado sobre a depredação da natureza, o caráter destrutivo do seu modelo de desenvolvimento e de consumo e a desintegração das relações sociais e políticas engendradas pelas suas formas de trabalho. Deslocadas “fora da fábrica”, grande parte das lutas sociopolíticas atuais não se limitam a reivindicar empregos e melhores condições de vida dentro de um sistema que se moderniza sem mudar, mas colocam radicalmente em questão todo o processo produtivo e a ordem que lhe é inerente. Ao reivindicar o que é público, o acesso aos bens comuns e uma concepção de trabalho constitutivo do ser social, esse movimento apresenta profundas sintonias com as propostas elaboradas por Marx e Gramsci, de revolucionar de cima a baixo o mundo implantado pela burguesia para dar lugar ao “autogoverno dos trabalhadores associados” livres de criar pelo trabalho uma nova civilização capaz de constituir o ser humano na sua integralidade e de interagir humanamente, também, com a ontologia da natureza.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: il potere sovrano e la nuda vita. Torino: Einaudi, 2005.
- ANTUNES, Ricardo L. C. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BARATTA, Giorgio. **Le rose e i Quaderni**: saggio sul pensiero di Antonio Gramsci. Roma: Gamberetti, 2000.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci**: ensaios de teoria política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- DEBORD, Guy. **La società dello spettacolo**. A cura di P. Salvadori. Firenze: Vallecchi, 1979.
- DE FELICE, F. **Introduzione ad A. Gramsci**: Quaderno 22. Americanismo e Fordismo. Torino: Einaudi, 1978. p.XXIII-XXVI.
- FRANCIONI, Gianni; COSPITO, Giuseppe. Nota introduttiva al Quaderno 12. In: GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. Edizione anastatica dei manoscritti. Cagliari: L'Unione Sarda, 2009. (v.14).
- FROSINI, Fabio. **Gramsci e la filosofia**. Saggi sui Quaderni del cárcere. Roma: Carocci, 2003.
- GRAMSCI, Antonio. **Scritti Giovanili**: 1914-1918. Torino: Einaudi, 1972.
- _____. **Quaderni del Carcere**. A cura di V. Gerratana. Torino: Einaudi, 1975. (4 volumes).
- _____. **La Costruzione del Partito Comunista 1923-1926 (CPC)**. Torino: Einaudi, 1978.
- _____. **Cronache Torinesi 1913-1917**. Torino: Einaudi, 1980.
- _____. **L'Ordine Nuovo 1919-1920**. A cura di V.Gerratana-A.Santucci. Torino: Einaudi, 1987.

- _____. **Lettere dal cárcere**. A cura A. Santucci. Palermo: Sellerio Editore, 1996. (2 volumes).
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Il lavoro di Dioniso**: Per la critica dello Stato postmoderno. Roma: Manifestolibri, 1995.
- MANACORDA, Mario Alighiero. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- _____. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez, 1996.
- MARX, Karl. **Il capitale**: crítica dell'economia política. Roma: Riuniti, 1984.
- _____. **Manifesto del partito comunista**. A cura di D. Losurdo. Roma-Bari: Laterza, 1999.
- _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- _____. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- RAGAZZINI, Dario. **Società industriale e formazione umana nel pensiero di Gramsci**. Roma: Riuniti, 1976.
- SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular/CLACSO, 2007.
- SEMERARO, Giovanni. Trabalho e formação do homem em Hegel e Marx: atualidade de um pensamento revolucionário. In: CUNHA, Daisy Moreira *et al.* **Formação/profissionalização de professores e formação profissional e tecnológica**: Fundamentos e reflexões contemporâneas. Belo Horizonte: PUCMINAS, 2013.
- SPRIANO, Paolo. **"L'Ordine Nuovo" e i consigli di fabbrica**. Con una scelta di testi dall'ON (1919-1920). Torino: Einaudi, 1971.

Data da submissão: 14/10/2014

Data da aprovação: 24/02/2015